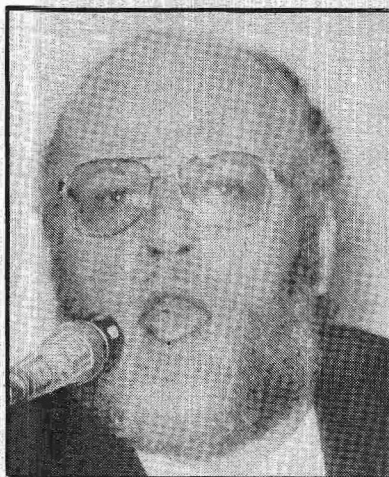


Ações devem fortalecer parque industrial

O mercado brasileiro de capitais conta com cinco milhões de acionistas e mais de mil empresas de capital aberto. Essa participação é ainda pouco significativa em relação ao potencial do País. Reunidos no Seminário sobre o Sistema Financeiro Nacional e a Retomada do Crescimento Econômico, encerrado ontem no auditório Petrônio Portela, do Senado, empresários, deputados e representantes de instituições financeiras discutiram medidas para tornar mais eficiente o mercado de capitais e possibilitar que o sistema se desenvolva para impulsionar o parque industrial do País. As sugestões apresentadas durante o debate servirão de base para orientar a elaboração da Lei Complementar do Sistema Financeiro Nacional prevista no artigo 192 da Constituição.

Os participantes revelaram-se favoráveis a que a nova legislação controle o mercado sem, entretanto, inibir seu desempenho. Boris Tabacof, presidente do Banco do Estado de São Paulo — Banespa, louvou a iniciativa de promover a discussão envolvendo todos os segmentos da economia. Para ele, caberá ao Congresso definir uma legislação que garanta as regras para o sistema econômico nacional sem voltar-se para os interesses do mercado ou do sistema, mas sim, para os interesses globais do conjunto da economia. "O que importará na hora de estabelecer essa legislação e regular o mercado financeiro e o mercado de capitais é que seja definida uma política a serviço das empresas e dos investidores que precisam de um mercado de capitais eficiente, transparente e dinâmico", afirmou Tabacof, ressaltando que as crises momentâneas como a que, no momento, se verifica no mercado, não deverão motivar uma fúria reguladora sob o risco de tolher os movimentos do mercado. O presidente do Banespa entende que a Comissão de Valores Mobiliários — CVM deve ser fortalecida na nova legislação.

Roberto Faldini, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto, também defendeu o fortalecimento da CVM. Para o empresário a Comissão que deve exercer todas as funções de administração federal de regulamentar e aplicar a legislação do mercado de valores mobiliários, passaria a ser administrada por um órgão de deliberação colegiado e diretores executivos com mandatos não coincidentes e aprovados pelo Senado. A CVM, entende Faldini, deve dispor de recursos financeiros adequados às suas responsabilidades. "Isto sig-



Faldini: CVM mais forte

nifica transferir funções hoje dispersas no Conselho Monetário Nacional e no Banco Central para um novo colegiado da CVM, onde mereceriam a devida atenção", sugere o presidente da Abrasca.

Faldini acredita, também, que para atender às necessidades da economia brasileira o mercado de valores mobiliários deverá ganhar um perfil onde as principais características sejam a demanda forte de investidores institucionais, individuais de longo prazo e especuladores e a oferta constante de lançamento de ações ou debêntures por parte das empresas, permitindo que o mercado mantenha "na prateleira" um bom estoque desses produtos. O empresário lembra ainda que o sistema de intermediação deverá ser capaz de satisfazer às expectativas das empresas e aos investidores, bem como buscar a incorporação de novos contingentes de oferta e demanda.

Desenvolver o mercado implicará também em adotar uma série de medidas que incluem, segundo Faldini, a incorporação ao código tributário nacional, a ser votado, um dispositivo assegurando a equalização de carga tributária do dividendo e dos juros. Atualmente, integrando-se o imposto de renda da pessoa jurídica e da fonte da pessoa física, os lucros e dividendos apresentam carga fiscal superior à dos empréstimos com encargos dedutíveis. "As empresas abertas apresentam maior transparência e por isso tornam-se mais facilmente um alvo de tributação", argumenta o presidente da Abrasca, enfatizando a necessidade de beneficiar o investimento na produção, retirando a carga fiscal ou reduzindo.

Para Boris Tabacof, esse tipo de incentivo fiscal deve ser incorporado nas operações do mercado de capital como forma de atrair maior número de investidores. Faldini sugere ainda que os fundos do PIS-Pasep retornem à sua finalidade inicial que era a de promover a capitalização das empresas através da participação acionária dos trabalhadores com recursos gerados pelas empresas e deixem de ser desviados para empréstimos do BNDES.

A nova legislação deverá agir também no sentido de evitar o uso de informações privilegiadas, caracterizando crime sancionado com pena que não apenas prive da liberdade mas também proíba o exercício de atividade no mercado, sugere o presidente da Abrasca.

Tabacof, considerou a possibilidade de que no futuro os papéis de algumas empresas nacionais de grande porte possam ser negociados em do mercado internacional.

A instabilidade econômica e as elevadas taxas de inflação e de juros são inibidores da atividade empresarial, concluíram unanimemente os participantes do painel, que ao lado de medidas econômicas saneadoras dessa situação sugeriram regras mais estáveis para a economia.

O empresário João do Amaral Gurgel, presidente da Gurgel Motores, afirmou que o caminho para capitalizar uma empresa num cenário econômico instável e difícil como o do Brasil é recorrer ao mercado de capitais. Gurgel citou o exemplo de sua própria empresa, que no ano passado recorreu ao mercado para captar 60 milhões de dólares através de 10 mil sócios acionistas que financiaram a implantação de uma indústria que está produzindo o Cena, o carro econômico nacional. Segundo Gurgel, apesar dos elevados investimentos que uma indústria de capital intensivo como a automobilística exige, sua indústria está plenamente capitalizada.

Uma conclusão foi unânime entre os participantes: as soluções para que as empresas abandonem a cira financeira e retomem os investimentos na produção estão na implantação de medidas que estabilizem a economia e na dinamização do mercado de capitais. "Esse mecanismo permite canalizar recursos dos investidores para as empresas que se fortalecem e capitalizam", lembra Tabacof, frisando que esta mesma solução poderia ser utilizada pelas estatais, que deveriam inicialmente resolver seus problemas de endividamento para depois recorrer à captação de recursos no mercado.